

Campos: 'Só controlamos o uso da cota'

BRASÍLIA — O primeiro-secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), responsável pelo Centro Gráfico do Senado (Cegraf), disse ontem que a impressão de material segue dois critérios: não se tratar de propaganda política e estar no limite da cota destinada a cada parlamentar. Campos, entretanto, afirma que para ser considerado propaganda o impresso precisa conter, necessariamente, pedido de voto para o parlamentar:

— Se o material tiver um voto em fulano ou sicrano para senador, tudo bem. É irregular. Mas usar slogans em calendários não significa uso eleitoral. O senador Humberto Lucena usou uma foto sua antiga e um slogan. Isso não tem nada demais. Eu mesmo fiz um folheto com um resumo das minhas atividades parlamentares e usei meu slogan: "Muito mais por Mato Grosso". Isso é uma marca. Não é campanha. Alguém vai votar em mim por causa disso?

Campos afirmou também que o Senado não tem poderes para censurar o tipo de publicação impressa. E que o parlamentar fica responsável pelas consequências do que publicar:

— Não podemos censurar nada. Só controlamos o uso da cota e não permitimos a impressão de material eleitoral. Se alguém publicar algo indevido, imoral ou agressivo, depois arcará com as consequências — explicou, lembrando o caso do ex-senador piauiense Álvaro Pacheco, que imprimiu um livro na gráfica com poemas que alguns consideraram pornográficos.

O primeiro-secretário saiu em socorro da imagem do Senado, alegando que a Casa vem enfrentando enormes problemas para pagar suas contas. Ele admitiu que paga contas com atraso porque recebe parceladamente os recursos do Governo federal.